7

Volume

Ovinocaprinocultura

Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Editorial

BANCO DO BRASIL

ROBSON ROCHA
Vice-Presidente Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

RODRIGO SANTOS NOGUEIRA
Gerente-Geral da Unidade Desenvolvimento Sustentável

Gerentes Executivos
BENILTON COUTO DA CUNHA
MAURÍCIO MESSIAS
WAGNER DE SIQUEIRA PINTO

RAIMUNDO NONATO SOARES LIMA
Gerente Divisão

Assessoras Sêniores
LUISA CRISTINA MEDEIROS DE SABÓIA E SOUZA
MAURA DE FÁTIMA FERNANDES DE OLIVEIRA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

Consultor
LUIS ANDREA FAVERO E ROBERTO SOUZA ALVES

FABIANE DE ARAÚJO ALVES BARROSO
Projeto Gráfico e Diagramação

FOTOS
Acervo IICA e Luisa Cristina Medeiros de Sabóia e Souza

Brasília, novembro de 2010

7

Volume

Ovinocaprinocultura

Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Apresentação

A Série Cadernos de Propostas para atuação em cadeias produtivas é uma iniciativa que integra a Cooperação entre a Fundação Banco do Brasil - FBB, o Banco do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para o Aprimoramento da Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco do Brasil e outras parcerias.

Para fundamentar a publicação da **Série Cadernos de Propostas para atuação em cadeias produtivas** o trabalho cuidadoso dos consultores buscou assegurar a continuidade da metodologia proposta no Roteiro Orientador para a Qualificação dos Planos de Negócios DRS – PN DRS. Os PN DRS contemplam recursos naturais/insumos, produção, beneficiamento/processamento e comercialização. Além disso, tratam as questões relacionadas à capacitação, saúde/segurança, infraestrutura, planejamento e controle como transversais a todos os elos. Como condicionantes de qualidade dos PN DRS são considerados os fatores: organização, assistência técnica, crédito e ações de inclusão social.

Os cadernos que compõem a Série estão assim organizados:

Volume 1 - Bovinocultura de leite;

Volume 2 - Fruticultura: Açaí;

Volume 3 - Fruticultura: Banana;

Volume 4 - Fruticultura: Caju;

Volume 5 - Apicultura;

Volume 6 - Aquicultura e Pesca;

Volume 7 – Ovinocaprinocultura;

Volume 8 – Reciclagem.

Cada volume é composto por duas partes:

Parte 1 - visão geral da cadeia e sugestões de atuação com base no trabalho realizado pelos consultores para as áreas rural e urbana.

Parte 2 - proposta elaborada pela gerência de estratégia e metodologia DRS da Unidade Desenvolvimento Sustentável - UDS, a ser discutida e implementada pelas Superintendências Estaduais do Banco do Brasil e seus parceiros, nos Estados.

As publicações da Série devem ser entendidas e utilizadas como instrumento de orientação, respeitando as particularidades regionais, locais e das unidades produtivas.

SUMÁRIO

13 **Ovinocaprinocultura**

13 **PARTE 1**

13 **O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - DRS**

14 **1 OVINOCAPRINOCULTURA – VISÃO GERAL**

14 1.1 Rebanho, produção e consumo mundiais de carne ovina e caprina

16 1.1.1. Ovinos

16 1.1.2. Caprinos

17 1.2 Rebanho, produção e consumo brasileiros

17 1.2.1 Efetivos dos rebanhos ovinos e caprinos

20 1.2.2 Produção e Consumo de Carne

20 1.2.3 Produção e Consumo de Leite

21 **2 PESQUISA REALIZADA NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, PERNAMBUCO, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE**

21 2.1 A importância econômica da produção de caprinos e ovinos no nordeste brasileiro

22 2.2 Considerações e critérios para a realização da pesquisa

24 **3. SÍNTESE DA CADEIA DA OVINOCAPRINOCULTURA NA REALIDADE PESQUISADA**

24 3.1 Bahia

25 3.2 Ceará

27 3.3 Pernambuco

28 3.4 Piauí

29 3.5 Rio Grande do Norte

29 **4 DESAFIOS**

32 5 MACROINDICADORES E AÇÕES VISUALIZADAS PELA PESQUISA
35 6 GESTÃO E MONITORAMENTO
35 6.1 Gestão
35 6.2 Capital social
36 6.3 Monitoramento

37 PARTE 2
37 PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL – OVINOCAPRINOCULTURA
37 1 PREMISSAS
38 2 OBJETIVO GERAL
38 2.1 Objetivos Específicos
39 3 AÇÕES SUGERIDAS
39 3.1 Orientação Técnica e Pesquisa
40 3.2 Organização e Mobilização Social
40 3.3 Comercialização
41 3.4 Gestão de Empreendimentos
41 3.5 Ações transversais
41 3.5.1 Infraestrutura
41 3.5.2 Ambientais
42 3.5.3 Geração de Trabalho e Renda
42 3.5.4 Sociais
42 4 MODELO DE ATUAÇÃO
42 5 MODELO DE NEGÓCIOS
43 6 MODELO DE GOVERNANÇA
43 6.1 Gestão Estadual
44 6.2 Gestão Local
46 7 RESULTADOS ESPERADOS
47 7.1 Indicadores Sugeridos

49 APÊNDICE
49 Planos de Negócios DRS do Banco do Brasil em Ovinocaprinocultura

49 APÊNDICE 2
49 Tecnologia Social - Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável

57 BIBLIOGRAFIA

LISTA DE FIGURAS

15 Tabela 1 - Rebanho mundial de ovinos (milhões de cabeças)
15 Tabela 2 - Quantidade de carne ovina produzida (milhões de toneladas)
16 Tabela 3 - Consumo aparente de carne ovina (mil toneladas)
16 Tabela 4 - Rebanho mundial de caprinos (milhões de cabeças)
17 Tabela 5 - Quantidade de carne caprina produzida (milhões de toneladas)
17 Tabela 6 - Consumo aparente de carne caprina (mil toneladas)
19 Tabela 7 - Efetivo dos rebanhos ovinos e caprinos em 2008 e 2009
23 Quadro 1 - Critérios adotados para a análise
24 Quadro 2 - Bahia em síntese
25 Quadro 3 - Ceará em síntese
27 Quadro 4 - Pernambuco em síntese
28 Quadro 5 - Piauí em síntese
29 Quadro 6 - Rio Grande do Norte em síntese
32 Quadro 7 - Ações possíveis vinculadas aos macroindicadores
41 Quadro 8 - Planos de Negócio DRS em Ovinocaprinocultura

Siglas

BAFAGRI - Programa de Intercâmbio Internacional (CAPES)

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FINEP - Financiadora de Estudos e projetos

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Ovinocaprinocultura

PARTE 1

O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - DRS[1]

Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS é uma estratégia negocial do Banco do Brasil - BB, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.

Propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- Democratizar o acesso ao crédito;
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- Contribuir para melhorar os indicadores de qualidade de vida;
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos.

A atuação do Banco do Brasil com a Estratégia Negocial DRS se dá por meio do apoio a atividades produtivas, identificadas como potencialidades nas diferentes regiões onde o Banco do Brasil está presente, com a visão

1 www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf

de cadeia de valor. A Estratégia DRS apóia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios familiares, comércio, serviços e indústria).

A metodologia de atuação prevê a sensibilização, a mobilização e a capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e a elaboração de um diagnóstico participativo, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas e identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades, dentre outros.

Com base no diagnóstico, é elaborado o Plano de Negócios DRS, no qual são definidos os objetivos, as metas e as ações (por elo da cadeia produtiva) para implementação.

A metodologia prevê, ainda, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios e a avaliação de todo o processo[2] .

1 OVINOCAPRINOCULTURA – VISÃO GERAL

1.1 Rebanho, produção e consumo mundiais de carne ovina e caprina

Os ovinos e caprinos estão espalhados em todos os continentes. No entanto, existe uma notável concentração dos caprinos na Ásia e no norte da África, enquanto os ovinos estão localizados principalmente na Ásia, Oceania e Europa.

China, União Européia e Austrália concentram mais de 30% do rebanho ovino mundial e quase metade da produção de carne. No rebanho caprino apenas dois países, China e Índia, detêm mais de 30% do rebanho e quase metade da produção de carne.

1.1.1. Ovinos

Depois de ter diminuído de forma constante de 1990 a 2000, o rebanho ovino mundial voltou a crescer. Na verdade, parece que está mudando de lugar, com a diminuição de importância dos países tradicionais e aumentando em outras regiões, principalmente na Ásia e no nordeste da África.

A China vem apresentando um crescimento significativo em seu rebanho em termos de quantidade de animais e de participação percentual, graças a um conjunto de incentivos oficiais implementados durante a década de 1990. Junto com Sudão, Irã e Índia, a China é dos raros países detentores de grandes rebanhos que está aumentando sua população ovina, como se pode observar pela Tabela 1.

2 Ver Caderno da Universidade Corporativa para Aprimoramento dos Planos de Negócios, 2008

Tabela 1 - Rebanho mundial de ovinos (milhões de cabeças)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	113,5	9,4	131,1	12,5	143	13,2
União Européia	143,3	11,9	122,7	11,7	90,3	8,3
Austrália	170,3	14,1	118,3	11,3	76,9	7,1
Índia	48,7	4	59,4	5,7	64,3	5,9
Irã	44,6	3,7	53,9	5,1	53,8	4,9
Sudão	20,7	1,7	46,1	4,4	50,9	4,7
Nova Zelândia	57,9	4,8	42,3	4	38,5	3,5
Nigéria	12,5	1	26	2,5	33,1	3
Demais Países	493,6	41	368,6	35	533,1	49
Total	**1.207,10**	**100**	**1.051,70**	**100**	**1.083,90**	**100**

Fonte: Eurostat; Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool, 2009.

A produção de carne ovina vem crescendo de forma acelerada.De 1990 a 2000, a produção aumentou 8,6%, e, de 2000 a 2008, cresceu 14,4%. Novamente a China foi o grande destaque, com sua produção tendo quadruplicado no período, conforme Tabela 2. Os países que produzem mais não são necessariamente os detentores dos maiores rebanhos, devido à grande diferença de nível tecnológico entre a ovinocultura dos diversos países.

Tabela 2 - Quantidade de carne ovina produzida (milhões de toneladas)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	0,5	7,8	1,4	19,1	2	23
União Européia	1,3	19	1,2	15,9	0,9	10,3
Austrália	0,6	8,9	0,7	9	0,7	8
Nova Zelândia	0,5	7,6	0,5	7,1	0,6	6,9
Irã	0,2	2,8	0,3	3,9	0,4	4,6
Demais Países	3,9	53,9	3,5	45	4,1	47,1
Total	**7**	**100**	**7,6**	**100**	**8,7**	**100**

Fonte: Eurost at; Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool, 2009.

A quantidade de pele produzida segue o ritmo do aumento dos abates, afinal é um subproduto da carne. Os maiores produtores de carne tendem a ser os maiores produtores de pele, com a produção mundial atingindo quase 1,8 milhão de toneladas por ano.

O consumo mundial de carne ovina cresceu de forma semelhante ao comportamento do rebanho, com a China tendo quase quadruplicado seu consumo desde 1990, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Consumo aparente de carne ovina (mil toneladas)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	556,2	7,9	1.473,80	19,6	2.047,70	23,6
União Européia	1.539,80	21,9	1.431,60	19	1.207,20	13,9
Irã	238	3,4	326,2	4,3	389,7	4,5
Austrália	469,7	6,7	379,9	5	374,8	4,3
Turquia	304	4,3	321	4,3	272	3,1
Índia	181,2	2,6	191,9	2,5	215,4	2,5
Demais Países	3.744,40	53,2	3.404,50	45,3	4.187,70	49,1
Total	**7.033,30**	**100**	**7.528,90**	**100**	**8.694,50**	**100**

Fonte: Eurostat; Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool, 2009.

1.1.2. Caprinos

O rebanho caprino aumentou cerca de 40% em 20 anos, conforme apresentado na Tabela 4, apesar de o rebanho ter diminuído em alguns países que direcionavam a caprinocultura para a produção de pelos. China e Índia se destacam em quantidade de animais, apesar de a Índia ter perdido um pouco de participação percentual nos últimos anos.

Tabela 4 - Rebanho mundial de caprinos (milhões de cabeças)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	98,3	16,7	148,4	19,9	137	16,6
Índia	113,2	19,2	123,5	16,6	125,5	15,1
Paquistão	35,4	6	47,4	6,4	55,2	6,7
Bangladesh	21	3,6	34,1	4,6	52,5	6,3
Nigéria	23,3	4	42,5	5,7	52,5	6,3
Demais Países	298,9	50,5	349,1	46,8	406,8	49
Total	**590,1**	**100**	**745**	**100**	**829,5**	**100**

Fonte: Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool; USDA, 2009.

Enquanto o rebanho de caprinos representa 76% do rebanho de ovinos, a produção de carne chega a somente 56%, o que demonstra o direcionamento do rebanho para a produção de leite e ao mesmo tempo o menor nível tecnológico utilizado pelos caprinocultores de corte. De qualquer forma, a produção mundial

de carne caprina aumentou mais de 80% em 20 anos, como pode ser visto na Tabela 5. A China merece destaque neste quesito, porque o país tem 17% do rebanho e 37% da produção de carne.

Tabela 5 - Quantidade de carne caprina produzida (milhões de toneladas)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	0,52	19,6	1,21	32,7	1,8	37,1
Índia	0,43	16,2	0,4	10,8	0,54	11,1
Nigéria	0,12	4,5	0,22	6	0,27	5,6
Paquistão	0,3	11,1	0,31	8,4	0,26	5,4
Bangladesh	0,07	2,6	0,13	3,5	0,2	4,1
Demais Países	1,23	46	1,43	38,6	1,78	36,7
Total	**2,66**	**100**	**3,7**	**100**	**4,85**	**100**

Fonte: Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool; USDA, 2009.

Da mesma forma que na ovinocultura, a quantidade de pele de caprinos produzida segue o aumento verificado na produção de carne. A produção mundial supera um milhão de toneladas anuais de peles, seguindo aproximadamente o ranking da carne.

A China é o grande consumidor de carne caprina, com a Índia ficando em 2º lugar, porém muito atrás neste quesito, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 - Consumo aparente de carne caprina (mil toneladas)

Países	Período					
	1990		2000		2008	
	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%	Milhões de Cabeças	%
China	522,9	19,7	1.216,60	32,8	1.793,10	37
Índia	430	16,1	401	10,8	543	11,2
Nigéria	120,6	4,5	221,2	6	270,7	5,6
Paquistão	296	11,1	308	8,3	253,4	5,6
Demais Países	1.290,40	48,5	1.559,10	42	1.989,80	41
Total	**2.659,90**	**100**	**3.705,90**	**100**	**4.850,00**	**100**

Fonte: Faostat; Meat and Livestock Australia; New Zealand Meat and Wool; USDA, 2009.

1.2 Rebanho, produção e consumo brasileiros

1.2.1 Efetivos dos rebanhos ovinos e caprinos

Em 2009 foram registradas 9,164 milhões de cabeças de **caprinos** no país, o que representa uma queda de 2,0% sobre 2008. A Bahia é o Estado com o maior efetivo (30,2%), seguido por Pernambuco (17,9%). Os três principais municípios produtores de caprinos foram Casa Nova e Juazeiro, ambos na Bahia, e Floresta, em Pernambuco.

O efetivo nacional de **ovinos** mostrou alta de 1,1% (16,812 milhões de cabeças) em 2009, com o Rio Grande do Sul respondendo por 23,5% do total de animais. O segundo maior produtor foi a Bahia, com 18,0%. Os principais municípios produtores foram Santana do Livramento e Alegrete (ambos no RS) e Casa Nova (BA), conforme divulgado pelo IBGE[3] .

No que se refere ao efetivo dos rebanhos (2008 e 2009) ocorreu uma redução do rebanho caprino na região Nordeste com ênfase nos Estados do Rio Grande do Norte e da Bahia. Já no efetivo do rebanho ovino, ocorreu uma pequena queda na região Sul e um crescimento nas demais regiões, conforme pode ser observado nas informações constantes da Tabela 7.

3 http://www.ibge.gov.br/espanhol/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1761&id_pagina=1

Tabela 7 – Efetivo dos rebanhos ovinos e caprinos em 2008 e 2009

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Efetivo dos rebanhos (Cabeças)			
	Caprino		Ovino	
	2008	2009	2008	2009
Brasil	**9.355.014**	**9.163.560**	**16.630.408**	**16.811.721**
Norte	176.443	177.377	534.478	547.146
Rondônia	15.349	15.224	125.183	127.995
Acre	15.433	19.494	77.623	86.084
Amazonas	16.070	16.381	41.802	43.808
Roraima	9.128	9.080	-	-
Pará	94.507	91.230	202.005	197.739
Amapá	2.218	2.501	1.910	2.255
Tocantins	23.738	23.467	85.955	89.265
Nordeste	**8.521.388**	**8.302.817**	**9.371.905**	**9.566.968**
Maranhão	382.018	385.649	230.142	232.307
Piauí	1.370.372	1.389.384	1.444.373	1.387.279
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Rio Grande do Norte	409.359	398.679	532.846	570.302
Paraíba	624.025	624.205	414.895	434.225
Pernambuco	1.720.128	1.638.514	1.351.934	1.487.228
Alagoas	64.721	62.530	193.686	193.877
Sergipe	18.349	19.643	152.198	162.145
Bahia	2.933.629	2.768.286	3.020.849	3.028.507
Sudeste	**225.853**	**231.782**	**766.808**	**762.133**
Minas Gerais	114.156	119.766	225.549	223.434
Espírito Santo	18.083	18.116	35.267	36.134
Rio de Janeiro	30.616	31.463	50.894	50.284
São Paulo	62.988	62.436	455.098	452.281
Sul	317.922	335.720	4.846.667	4.807.596
Paraná	167.382	179.896	579.764	599.925
Santa Catarina	55.995	54.404	256.965	261.322
Rio Grande do Sul	94.545	101.420	4.009.938	3.946.349
Centro-Oeste	**113.408**	**115.865**	**1.110.550**	**1.127.878**
Mato Grosso do Sul	32.057	32.453	469.146	477.732
Mato Grosso	39.941	39.958	439.689	442.682
Goiás	39.519	41.674	183.715	186.464
Distrito Federal	1.900	1.780	18.000	21.000

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=23&i=P.

1.2.2 Produção e Consumo de Carne

Mesmo baixo em termos absolutos, o consumo de carne ovina no Brasil é maior que a produção, déficit que vem sendo coberto pela importação. O Brasil importa cerca de 5 mil t/ano (dado de 2006), principalmente do Uruguai, correspondente a 96% da carne ovina importada pelo Brasil, o Chile vem em segundo lugar com 3% e a Argentina fica com 1% do fornecimento.

É ainda importante observar que, desde 2003, a produção de carne ovina aumenta em média 3,2 mil t/ano e o consumo aumenta 3,6 mil t/ano (3,2% média de 2003 a 2007). O déficit, coberto por importações, está aumentando. A mesma informação acerca da carne caprina não foi encontrada, mas praticamente não existe comércio internacional para esse produto, aonde se conclui que produção e consumo se equilibram no caso de caprinos.

O consumo per capita nacional está estimado em 700 g/hab/ano (2005) para carne ovina, valor 65% inferior à média mundial (que é de 2 Kg/hab/ano). Dentro dos 700 g/hab/ano, 140 g/hab/ano são consumidas nos domicílios. A diferença (560 g/hab/ano) é consumida, portanto, fora do lar.

O Nordeste é a região do país que apresenta maior consumo per capita, são 341 g/hab/ano, consumidas em casa. Esse dado, cuja fonte é a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, não existe para a região sudeste, donde se conclui que o consumo doméstico no sudeste é desprezível. Entretanto, o consumo fora do lar em restaurantes nas grandes cidades, em especial na região sudeste, está crescendo. Os consumidores consideram a carne ovina como exótica, apropriada para festividades ou ocasiões especiais, e a alta gastronomia já descobriu essa iguaria. Como há poucos produtores nacionais que conseguem atender, de forma regular, o mercado de restaurantes, grande parcela dessa crescente demanda é atendida por distribuidores que importam carne [4].

1.2.3 Produção e Consumo de Leite

A caprinocultura leiteira no Brasil vem se consolidando como atividade rentável, que não necessita de muitos investimentos ou grandes áreas para seu desenvolvimento. Por estes motivos, a caprinocultura leiteira é uma das alternativas mais indicadas para a geração de emprego e renda no campo, especialmente nos programas de fortalecimento da agricultura familiar.

O Brasil é o maior produtor de leite de cabra da América do Sul, com 135.000 toneladas/ano (FAO, 2007). Esta produção está concentrada principalmente nos Estados da Região Nordeste, Sul e Sudeste. A região Nordeste do Brasil concentra o maior rebanho caprino do País. Nos Estados nordestinos da Paraíba e do Rio Grande do Norte são obtidas as maiores produções de leite de cabra, respectivamente 18 mil e 10 mil litros de leite por dia. A maior parte desta produção tem como destino os programas governamentais de merenda escolar e de combate à desnutrição infantil na população carente. Como resultado desta política de incentivo à caprinocultura leiteira, pode-se destacar o aumento da produção/consumo do leite de cabra, a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o forte incentivo à agricultura familiar.

Além do Nordeste do Brasil, existem outras bacias leiteiras já sedimentadas nas regiões Sudeste e Sul do País. No Sudeste a maior parte da produção está concentrada nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no Sul, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de leite de cabra. Nestes Estados, a maior parte do leite

4 www.codevasf.gov.br/principal/...e.../caprino-ovinocultura.doc

produzido é destinada às usinas de pasteurização ou produção de queijos finos para população de alta renda. Todavia, nestas bacias leiteiras, à semelhança do Nordeste, a produção de leite de cabra é originária de sistemas de produção do tipo familiar ou por pequenos produtores [5].

2 PESQUISA REALIZADA NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, PERNAMBUCO, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE[6]

2.1 A importância econômica da produção de caprinos e ovinos no nordeste brasileiro [7]

Na região Nordeste os ovinos e caprinos estão presentes na quase totalidade das unidades produtivas voltadas para a agricultura familiar, o que indica a importância desse criatório para a segurança alimentar. Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2008) mostram que os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte possuem um rebanho superior a um milhão de cabeças, com maior número de ovinos nos Estados da Bahia e do Ceará.

O nordeste brasileiro tem sido destacado durante séculos como área de vocação para a exploração de ruminantes domésticos, notadamente caprinos e ovinos, pelo potencial da vegetação natural para a manutenção e sobrevivência dos animais destas espécies. Nesta região tanto os animais machos como as fêmeas não apresentam estacionalidade reprodutiva, não sendo o fotoperíodo fator limitante para sua reprodução. Dentre as várias alternativas encontradas para a convivência com a seca a caprinocultura e a ovinocultura têm sido apontadas como as mais viáveis.

Por outro lado, deve-se registrar que o simples fato de os animais apresentarem potencial produtivo ao longo do ano não atende aos requisitos básicos de uma atividade voltada para as demandas que se manifestam em um mercado moderno e cada vez mais exigente. Assim, a exploração agropecuária através dos sistemas tradicionais de criação não mais constitui solução para a fixação do homem no campo.

Novos conceitos de organização e gerenciamento da unidade produtiva, a implementação do regime de manejo adequada para cada fase da exploração (produção, recria e terminação) e a adoção de técnicas modernas são pré-requisitos para a promoção da qualidade de vida do homem rural, com coerência com as recomendações das organizações internacionais em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O mercado da carne ovina está em franca ascensão em todo o país. Os preços hoje praticados no âmbito da unidade produtiva representam bem mais do que o preço pago pela carne bovina nas mesmas condições.

No momento, cerca de 50% da carne ovina consumida no Nordeste e Centro-Oeste são provenientes do Uruguai, da Argentina e da Nova Zelândia. Esta informação mostra uma possibilidade enorme de mercado a ser conquistado, principalmente porque no Brasil, especialmente no Nordeste, tem-se potencial para produzir carne de melhor qualidade do que a importada. A produção de carne proveniente de animais deslanados poderá perfeitamente atender à demanda interna e em futuro próximo adentrar no mercado internacional. A pele, por sua vez, agrega valor ao produto. Uma vez adotadas regras básicas de manejo, este produto poderá representar até 30% do preço final do animal.

---

5 Artigo "Custo de Produção de Leite de Cabra na Região Nordeste" – autores Evandro Vasconcelos Holanda Junior, Henrique Rocha de Medeiros, Hélio Luiz Beretta Dal Monte, Roberto Germano da Costa , Edgard Cavalcanti Pimenta Filho - Maio de 2008 - João Pessoa, PB – UFPB/ABZ

6 A pesquisa é parte das ações do acordo de Cooperação FBB/IICA.

7 http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/

Entende-se que as intempéries climáticas representam sérias ameaças ao desenvolvimento da caprinocultura e ovinocultura no nordeste brasileiro. No entanto, as tecnologias disponíveis e os acenos positivos do mercado tendem a estimular e fortalecer a cadeia produtiva da região. A manutenção de níveis dignos de sobrevivência na agricultura passa pela eficiência produtiva, representada pela qualidade dos produtos e por escalas de produção e regularidade da oferta.

2.2 Considerações e critérios para a realização da pesquisa

Para a realização da pesquisa foi considerada como pressuposto uma realidade caracterizada por unidades produtivas em diferentes situações: com baixo, médio ou alto grau de inserção no mercado e nas cadeias de valor do agronegócio (regional, nacional ou global).

Foram consideradas atividades produtivas que em seu estágio atual combinam:

- Sistemas de Produção de subsistência;
- Produção de subsistência e comercialização de excedentes;
- Produção para a subsistência e de certos produtos para o mercado;
- Produção para o mercado (especializada ou com certo nível de processamento);
- Atividades agroindustriais, artesanato e de serviços.

Foi adotada a visão sistêmica como modelo metodológico com encadeamento interdependente, partindo do geral para o particular e de jusante a montante para a identificação da cadeia de valor considerando os seguintes elementos:

Econômico
Social
Ambiental
Diversidade Cultural

{ *Desenvolvimento Sustentável*

Privilegiar estas estruturas e atividades nos territórios menos desenvolvidos não significa desconsiderar outras e grupos mais organizados, ou sistemas produtivos mais especializados com grande inserção no mercado. Para estes casos, uma melhoria no encadeamento ou o adensamento da sua presença nas respectivas cadeias produtivas seria a meta a alcançar.

Quadro 1 - Critérios adotados para a análise

Para cada um dos macroindicadores foram identificados pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades com enfoque pré-determinado.

Macroindicadores	Pontos Fracos e Pontos Fortes Ameaças e Oportunidades
1-Governança e Aspectos Organizacionais Locais	Como o BB apresenta a estratégia DRS, sua capacidade de coordenação territorial junto aos parceiros institucionais, beneficiários e o ambiente externo.
2-Grau de aderência dos atores à estratégia DRS	A estratégia DRS está sendo absorvida pelos atores locais. Como eles percebem e se inserem na estratégia.
3-Interação e sinergia entre DRS e atores	Formas de interação: redes colaborativas, trocas de experiências entre os projetos no espaço do território ou no plano estadual e nacional.
4-Dinâmica de desenvolvimento do DRS: pontos críticos, oportunidades e perspectivas inovadoras	Possibilidades de desenvolvimento, consolidação, sustentabilidade, novos produtos, inovação e dinâmicas inovadoras.
5-Principais canais de comercialização e estrutura da cadeia	Mecanismos de comercialização existentes, agentes que atuam nos canais principais, atores da cadeia produtiva, segmentos e fluxo dos produtos.
6-Inserção dos atores na Cadeia Produtiva e na Cadeia de Valor em níveis local, regional, nacional e global	Formas de colaboração e competição na cadeia produtiva, grau de inserção e capacidade de coordenação nas transações.
7-Infraestrutura produtiva, pastagens, benfeitorias e tecnologias de produção	Meios de produção, nível tecnológico, tecnologia de produto e processo, capacidade de inovação.
8-Questões ambientais e culturais	Áreas de reserva legal e de Preservação Permanente, matas ciliares, capacidade das pastagens, uso da água, destino dos resíduos, usos e cuidados com agrotóxicos. Valores culturais na produção (queimadas, plantio nas encostas, resistência à inovação). Manifestações culturais tradicionais, novas formas de manifestação, envolvimento e participação dos atores.

3 SÍNTESE DA CADEIA DA OVINOCAPRINOCULTURA NA REALIDADE PESQUISADA

Obedecendo aos critérios determinados para a pesquisa os PN DRS estão apresentados, de forma sintética, para os elos da cadeia: sistema de produção, beneficiamento/transformação e comercialização.

3.1 Bahia

No Estado da Bahia foram objeto da pesquisa os municípios de Curaçá, Juazeiro e Uauá, que compõem umas das regiões de expressivo rebanho de ovinos e caprinos.

Quadro 2 - Bahia em síntese

Sistemas de produção	Beneficiamento/transformação			Canais de comercialização Inserção na cadeia
	Sem inspeção	Abatedouro e frigorífico	Cortes especiais resfriamento embalagem	
Juazeiro - Extensiva para carne	Abates clandestinos	Abatedouro ABATAL e curtume Camelo, em Juazeiro, têm capacidade para atender os três municípios.	O abatedouro oferece serviços de cortes especiais e resfriamento. Cooperativa para o beneficiamento (embalagem) do leite.	**Produção:** - Extensiva na Caatinga com prejuízo na produtividade; - Baixa adoção de tecnologias impede o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos; - Envelhecimento dos produtores (aos jovens não interessa continuar no campo produzindo caprinos e ovinos). **Beneficiamento:** - Os municípios possuem abatedouro e curtume; - Há cooperativa para o beneficiamento do leite. **Comercialização:** - Presença de intermediários na ligação entre os setores de produção e beneficiamento; -Comercialização no mercado local; - Programas governamentais; - Inserção nos mercados local e regional, via intermediários que escoam a produção para outras cidades e regiões.
Curaçá - Extensiva para carne				
Uauá - Extensiva para carne e leite				

3.2 Ceará

Entre pontos comuns e diferenças os municípios apresentam algumas experiências passíveis de intercâmbio, tais como: em Acopiara a organização, em Quixadá o foco em nichos do mercado e em Sobral a experiência de abastecimento de um restaurante popular.

Quadro 3 – Ceará em síntese

Sistemas de produção	Beneficiamento/transformação			Canais de comercialização Inserção na cadeia
	Sem inspeção	Abatedouro e frigorífico	Cortes especiais resfriamento embalagem	
Quixadá Extensiva para carne Acopiara Extensiva para carne Sobral Extensiva para carne e leite em início	**Abates clandestinos**	Frigorífico Pé de Serra em Quixadá. Possui SIF para comércio nacional e internacional.	O Frigorífico Pé de Serra trabalha com cortes especiais.	**Produção:** - Extensiva na Caatinga com prejuízo na produtividade; - Baixa adoção de tecnologias impede o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos; - Envelhecimento dos produtores (aos jovens não interessa continuar no campo produzindo caprinos e ovinos). **Beneficiamento:** -Abate: clandestino, no matadouro municipal, e no frigorífico Pé de Serra, com cortes especiais e peles. **Comercialização:** - Mercado local e programas do governo. A maior parte dos produtos segue o fluxo tradicional de intermediação seja para o mercado local seja para o mercado regional; - A parte destinada à exportação integra-se aos canais comerciais e logísticos mais longos e hierarquizados, seja no varejo nacional, seja internacional. Incluem-se matrizes e reprodutores para o mercado africano; - Animais vivos são comercializados na feira da sede do município de Quixadá.

Notícias

Criação de ovinos e caprinos é alternativa para produtores

Um grupo de 200 criadores da Associação dos Produtores de Ovinos e Caprinos de Acopiara - Apocace, no estado do Ceará, utiliza manejo correto, sob orientação de técnicos do Serviço Nacional Aprendizagem Rural (Senar), Sebrae, Ematerce, Secretaria de Agricultura do Município e Instituto Elo Amigo. O resultado das práticas modernas e adequadas já é sentido pelos criadores. A renda familiar aumentou. Criar ovinos e caprinos não impede a exploração de outras atividades agrícolas.

Nos últimos anos, a Apocace orienta os criadores a cuidar da sanidade do rebanho, empregar técnicas de manejo alimentar e reprodutivo que possibilitem melhorar a qualidade dos animais e ampliar o plantel, de maneira uniforme e saudável. "Com as técnicas adequadas, reduzimos a mortandade que era de 50% e aumentamos o número do rebanho, que também passou a ter ganho de peso", disse o presidente da entidade, Airton Alves Gurgel.

Para o crescimento adequado dos animais, os criadores passaram a se preocupar com a alimentação. O segundo semestre, período de seca, é o mais crítico, porque há escassez de pastagem nativa. A saída é fazer feno e silagem. O volumoso (capim) é dado aos ovinos e caprinos livremente, mas os animais recebem ração (concentrado) à base de milho, soja e cana-de-açúcar. Para cada animal, são fornecidos, por dia, 200 gramas de ração. Há também suplemento mineral com 20% de sal branco (comum).

Fonte: Diário do Nordeste em 27/09/2010

3.3 Pernambuco

A presença da Companhia Brasileira de Abastecimento - Conab com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA induz os produtores a organizarem-se para a comercialização. O grupo empresarial Compare, no município de Floresta, significa uma oportunidade para negócios.

Quadro 4 – Pernambuco em síntese

Sistemas de produção	Beneficiamento/transformação			Canais de comercialização Inserção na cadeia
	Sem inspeção	Abatedouro e frigorífico	Cortes especiais resfriamento embalagem	
Serra Talhada - Semiextensiva para carne Floresta - Semiextensiva para carne Mirandiba - Extensiva para carne	**Abates clandestinos**	Abate com evisceração; Divisão da carcaça em duas partes; Inspecionado com SIE..	Cortes especiais, resfriamento e embalagem para o mercado interno.	**Produção:** - Predominância da produção semi-extensiva; - Em Serra Talhada e Floresta coexistem dois sistemas de produção bem distintos: o maior, com produção de baixa qualidade, para o mercado local e outro mais organizado, com qualidade, para mercados mais exigentes (Recife e outras cidades). **Beneficiamento:** - Em Serra Talhada, os produtos destinados ao mercado interno local e regional passam por um sistema tradicional de beneficiamento, que abrange desde o abate clandestino ao abate nas estruturas municipais e um frigorífico privado com controle sanitário e inspeção estadual. **Comercialização** - Forte presença de intermediários; - Animais vivos e carnes nas feiras semanais; - Açougues locais e Conab; - Cortes especiais, resfriados e embalados para Recife e outras cidades.

3.4 Piauí

As organizações Associação de Pequenos Criadores de Ovinos e Caprinos – APROC, em São João da Canabrava, Associação de Pequenos Criadores de Ovinos de Padre Marcos - ACOPS e a Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Região de Simões – Caprinor, juntamente com os Projetos Bioma Caatinga e Aprisco são estratégicos para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura.

Quadro 5 – Piauí em síntese

Sistemas de produção	Beneficiamento/transformação			Canais de comercialização Inserção na cadeia
	Sem inspeção	Abatedouro e frigorífico	Cortes especiais resfriamento embalagem	
Picos e São João da Canabrava - Semiextensiva para carne	Abates clandestinos	Abate, evisceração;	Cortes especiais para o mercado interno.	**Produção:** - Predominância de rebanho em sistema semiextensivo; - Produção familiar com pequenos rebanhos; - Projeto de melhoria genética em curso; - Presença do projeto Bioma. **Beneficiamento:** - Presença de frigoríficos que beneficiam e pagam mais pelo quilograma de carne; - Em Jaicós a unidade financiada pela Fundação Banco do Brasil ainda não está em funcionamento. **Comercialização** - A maior parte do rebanho é vendida viva para os intermediários; - Pequena parte é vendida nas feiras locais e nas pequenas redes de varejo; - Boa inserção nos mercados local e regional; - A cadeia regional tem o domínio dos intermediários.
Padre Marcos e Jaicós - Semiextensiva para carne		Divisão da carcaça em duas partes;		
Simões - Extensiva para carne		Inspecionado com SIE.		

3.5 Rio Grande do Norte

A caprinocultura de leite se destaca como a principal atividade produtiva da cadeia. O leite produzido é entregue à Indústria de Laticínios Apodi LTDA – Leite ILA que processa e repassa aos beneficiários do "Programa do Leite", do Governo do Estado.

Quadro 6 – Rio Grande do Norte em síntese

<table>
<tr><th rowspan="2">Sistemas de produção</th><th colspan="3">Beneficiamento/transformação</th><th rowspan="2">Canais de comercialização Inserção na cadeia</th></tr>
<tr><th>Sem inspeção</th><th>Abatedouro e frigorífico</th><th>Cortes especiais resfriamento embalagem</th></tr>
<tr><td>Apodi - Semiextensiva para carne e leite</td><td rowspan="2">Abates clandestinos</td><td rowspan="2">Abate e evisceração;

Divisão da carcaça em duas partes.</td><td rowspan="2">Leite pasteurização e embalagem.</td><td rowspan="3">Produção:
- Criação orientada para a produção de carne e leite;
- Alimentação fortemente dependente da vegetação natural;
- Rebanho leiteiro recebe complementação alimentar.
Beneficiamento:
- Projeto de construção de frigorífico em Lajes;
- A ACOSC (2) faz a coleta do leite. A APASA (3) possui boa estrutura com capacidade para o beneficiamento de todo o leite produzido.
Comercialização:
- Carne passa pelo sistema tradicional de intermediação, e é vendida nas feiras locais e redes de varejo de Mossoró, Natal e João Pessoa;
- Leite para os programas governamentais Programa do Leite (estadual) e Programa Aquisição de alimentos – PAA;
- Boa inserção nos mercados local e regional.</td></tr>
<tr><td>Lajes (1) - Semiextensiva para leite, a carne é complemento.</td></tr>
<tr><td colspan="4">(1) Contempla toda a Região Central abrangendo 10 municípios.
(2) Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Sertão do Cabugi (ACOSC).
(3) Associação dos Pequenos Agropecuaristas do Sertão de Angicos (APASA).</td></tr>
</table>

4 DESAFIOS

Mesmo considerando que os produtos colocados no mercado são carne de ovino e caprino e leite de cabra, os desafios são praticamente os mesmos para as duas vertentes, nos cinco Estados pesquisados, tais como:

- Organização do setor;
- Regularização dos abates clandestinos;
- Qualificar os matadouros municipais;
- Redução do custo de produção;
- Urgência na quantificação e qualificação da assistência técnica e extensão;
- Capacidade gerencial, técnica, Boas Práticas de Produção – BPP e Boas Práticas de Fabricação - BPF;
- Gestão e acesso a capital de giro, tanto para produção quanto para processamento;
- Disseminação de tecnologias para produção, melhoria genética, nutrição (convivência com o semiárido, por exemplo) e manejo;
- Conhecimento e disseminação das ações ambientais integradas à produção;
- Realização de estudo de mercado para os produtos carne e leite de caprinos e carne para os ovinos, bem como para os produtos derivados de ambos;
- Produção em conformidade com os padrões legais e de mercado;
- Constância no abastecimento ou escala de produção;
- Selos de origem[8] ;
- Certificação.

8 As Indicações Geográficas (IG) podem ser concedidas em dois níveis: indicação de procedência e denominação de origem. A indicação de procedência indica uma localidade que se tornou conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço.
No caso da denominação de origem, a IG designa produto ou serviço cujas qualidades ou características são exclusivas ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Evandro Holanda explica que, para se obter a indicação geográfica, são analisados três aspectos. O primeiro deles é o aspecto tecnológico, em que são recolhidas informações sobre o meio natural (delimitação geográfica), a prova de origem, o vínculo do produto com a área geográfica, a caracterização do produto e a garantia de qualidade. Um outro aspecto analisado é o associativismo, em que os produtores precisam estabelecer um Conselho Regulador que funcionará como um organismo de controle de registro e de produção.
O terceiro aspecto é o marketing. Nesse caso são analisados o modelo de gestão do processo apresentado, a gestão da marca, a logística, o armazenamento e a distribuição do produto, além de um plano de marketing. Fonte: informetib/junho de 2007.

Serviço de Inspeção Federal – SIF, Serviço de Inspeção Estadual – SIE e Serviço de Inspeção Municipal – SIM

Os alimentos de origem animal são inspecionados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, pelas Secretarias Estaduais de Agricultura e pelas Secretarias Municipais de Agricultura ou quem de direito no município, por meio do Serviço de Inspeção Federal **(SIF)**, Estadual **(SIE)** e Municipal **(SIM)**, sendo essa vinculação relacionada ao âmbito de comercialização desejado.

O SIF é solicitado no SIPAG (Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal) dentro das Superintendências Federais de Agricultura no Estado de localização do estabelecimento. Para se ter um SIF, o primeiro passo é solicitar ao órgão, por escrito, a vistoria do terreno do local onde se pretende construir o estabelecimento. Após esta etapa e feita a vistoria, o SIPAG exigirá uma série de documentos pertinentes ao processo, incluindo a documentação para estabelecimento de empresa concedida pelo Estado e Município, além de licença ambiental, plantas e memoriais, assim como um responsável técnico pela empresa. A relação de documentos constará no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no momento que se obtém o registro do SIF. O SIF é permanente e não precisa ser renovado, mas a empresa deve manter-se dentro dos padrões higiênico-tecnológicos e sanitários preconizados pela legislação para não ter o seu registro cancelado.

O **SIE** e o **SIM** obedecerão às normas do Estado e Município correspondentes ao interesse do produtor.

5 MACROINDICADORES E AÇÕES VISUALIZADAS PELA PESQUISA

As ações visualizadas se caracterizam pelas visòes de curto e médio prazos, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Ações possíveis vinculadas aos macroindicadores

Indicadores Analisados	Ações visualizadas	
	Imediatas	Estratégicas
1-Governança e Aspectos Organizacionais	Superintendências regionais do BB - buscar junto às instituições públicas que trabalham com o desenvolvimento rural a inclusão das ações das cadeias dos PN DRS nos seus orçamentos, vinculando o financiamento das atividades produtivas. Buscando, desta forma, concretude na participação e comprometimento local das instituições parceiras. Agências locais do BB - organizar sessões públicas envolvendo os principais segmentos da cadeia produtiva (insumos, produção, beneficiamento, varejo etc.) para explicar os objetivos da estratégia DRS, sua importância para o desenvolvimento regional.	Em acordo com as políticas públicas municipais, estaduais e federais (mediante um plano de trabalho) negociar a inclusão das ações nas suas respectivas propostas orçamentárias. Nota: anualmente, a elaboração das propostas orçamentárias é fechada no mês de setembro. Fortalecer as organizações (associações e cooperativas) existentes.
2-Aderência dos Atores ao DRS	Agências locais do BB - planejar uma sequência de palestras com as empresas que compõem o comitê gestor do DRS para explicar os objetivos e o alcance da estratégia e definir colaboração. Superintendência do Banco do Brasil - incentivar as agências locais a realizarem eventos de divulgação da estratégia DRS e de sensibilização dos atores. Utilizar mídia local, como rádio, televisão e jornais.	Agências locais do BB - planejar ações de curto, médio e longo prazos e estabelecer metas para a melhoria da cadeia produtiva junto com cada parceiro componente do comitê gestor de acordo com as suas aptidões.
3-Interação e Sinergia entre DRS	Estimular e promover encontros, visitas técnicas, ações de troca ou disseminação das experiências de sucesso para os integrantes dos PN DRS do estado ou região. Criar sinergia entre produtores que estão geograficamente distantes, mas com realidades muito próximas. Desenvolvimento de dias de campo para a orientação dos produtores sobre técnicas de manejo que podem ser reaplicadas para melhorar a condição dos rebanhos, do manejo da piscicultura ou da extração e processamento do mel, por exemplo, ou ainda exemplos de gestão e de associações e parcerias que tiveram êxito.	Constituição de uma rede de compras de insumos e informação de mercados, experiências de tecnologia e gestão em PN DRS.

4-Dinâmica de desenvolvimento do DRS	Elaborar um modelo de identificação de problemas e avaliação dos riscos para os projetos que estão em dificuldades. Identificar projetos que estão inadimplentes ou com dificuldades de financiamento, identificar causas e ameaças, buscar soluções para mitigar o risco e redefinir a situação de cada projeto. Catalogar as demandas de novos produtos e atividades identificadas pela pesquisa para estudo da viabilidade técnica e comercial.	Em parceria com BNDES, MCT e Finep analisar a possibilidade e criar uma linha de financiamento para inovação de tecnologia de produção e gerenciai. Instituir o prêmio Inovação para os casos bem sucedidos em produtos ou serviços
5-Inserção nos Canais de Comercialização	Implementação das ações visando à elevação da qualidade e regularidade da produção e ajuste dos interesses entre os setores de produção e o mercado, beneficiamento e distribuição Agregar valor aos produtos na produção com técnicas de processamento mínimo. Implantar um Programa PQR - Produção/ Qualidade/ Regularidade. Ampliar parcerias institucionais de compras de alimentos (PAA/ PNAE) específicos para a agricultura familiar, desenvolver parcerias colaborativas e estabelecer contratos com grandes empresas de produção e distribuição agroalimentar. Criar um canal de vendas diretas com empresas de refeições coletivas, restaurantes e Distribuidores de Food Service para os produtos certificados.	Elaborar estudo de marketing estratégico para identificar produtos, mercados e novas oportunidades. Implantar programa de capacitação gerencial para alunos de universidades e escolas agrotécnicas locais - Programa BAFAGRI/Escolas Familiares Rurais/SEBRAE/SENAR. Criar um selo de certificação de qualidade e de origem para os produtos. Parcerias com o SEBRAE e MDA podem dar mais sustentação e mais amplitude a esta iniciativa. Promover concursos de receitas, balcão itinerante de degustação dos produtos certificados.
6-Inserção dos atores na cadeia produtiva, e de valor em nível local, regional, nacional e global.	Utilizar infraestrutura e expertise de grandes empresas para melhorar o produto e acessar aos canais globais. Ampliar parcerias com empresas que atuam no mercado de produtos éticos: Fair Trade, produtos agroecológicos e orgânicos. Apoiar as associações e cooperativas que já demonstraram eficiência e longevidade na compra de insumos e comercialização dos produtos. Fomentar modelos flexíveis e eficientes, baseados na participação colaborativa e complementar dos diferentes agentes na concretização de negócios.	Linhas de crédito para apoiar estudos de mercado, participação em feiras de negócios, constituição de parcerias estratégicas e financiamento das exportações. Implantação de um observatório de mercados com informações de conjuntura para produtos atuais e em particular para realizar estudos prospectivos, identificar futuras tendências de consumo e novos mercados.

7- Tecnologias Produtivas e Assistência Técnica	Promover o acesso às tecnologias de produção e processamento mínimo para melhorar a oferta do produto. Produção/ Qualidade/ Regularidade. Investir na formação de jovens Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável – ADRS (vide anexo 2) das próprias comunidades, para atuar como orientadores em manejos produtivos e sanitários. Fomentar a interação de atividade entre os ADRS com visitas conjuntas para a identificação e superação dos problemas. Fazer parcerias com universidades públicas, para desenvolver programas de longo prazo de prestação de assistência técnica ao produtor. Otimizar a realização de pesquisa e extensão nas universidades voltadas para a assistência técnica aos produtores. Propiciar o manejo, a melhoria genética dos rebanhos e a gestão em formas associativas e colaborativas de produção e mercado.	
8-Questões Ambientais e Culturais	Fomentar o desenvolvimento de sistemas produtivos e produtos com alto valor ecológico e cultural, bem como utilizar as informações do Zoneamento Agroecológico da EMBRAPA para o Nordeste. Criar novas formas de agregação de valor aos produtos e serviços, oportunidades adicionais de renda com a inclusão de jovens nessas novas atividades e novos nichos de mercado. O comitê gestor local do DRS deve destinar parte do seu tempo para o desenvolvimento de ações de fomento às atividades ambientais e culturais com metas e mecanismos de financiamento, pagamento e compensação por serviços ambientais e atividades culturais.	Criação de um Fundo para implantação de um sistema de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, como: Pagamento para restabelecer e recuperar áreas de preservação permanente degradadas. Compensação por perda de competitividade ou de produção com a preservação de unidades de conservação. Gratificação para produtores que adotem ou implementem atividades ambientais ou tornam-se prestadores de serviços ambientais. Instituição de mecanismos de financiamento de atividades culturais que agreguem os jovens e fomentem o surgimento de novos talentos.

6 GESTÃO E MONITORAMENTO

6.1 Gestão

Gestão Participativa

Nunca duvide da força de pequeno grupo de pessoas para transformar a realidade. Na verdade elas são a única esperança de que isso possa acontecer.
Margaret Mead

O Plano de Negócios DRS envolve a implementação de ações estratégicas para o fortalecimento da cadeia produtiva e necessita de um acompanhamento sistemático por parte dos atores sociais envolvidos no processo.

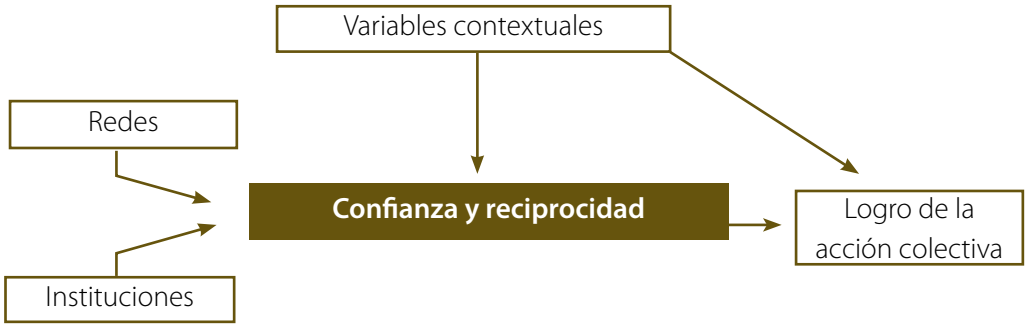
O aprimoramento dos Planos de Negócios DRS passa necessariamente pela estruturação de um modelo de gestão participativa capaz de promover a eficiência e a efetividade das ações programadas, o que conduz a um processo de empoderamento dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e a habilidade coletivas de transformar a realidade.

Na gestão participativa pretende-se que os atores sociais estejam presentes em todos os momentos do processo, desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam ser envolvidos, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas. Para melhorar a eficácia da gestão dos Planos de Negócios DRS, propõe-se a criação de um Comitê Gestor, composto por representantes locais, cujas atribuições estarão relacionadas ao acompanhamento e à implementação das ações territoriais.

Fonte:Caderno orientador 2 – Consultoria FBB/IICA 2009

6.2 Capital social[9]

A confiança como forma de capital social é o fator mais inclusivo no que se refere à participação e à cooperação voluntária. As outras formas de capital social contribuem, quase sempre, para a ação coletiva exitosa, por desenvolver a confiança entre os atores. Em outras palavras, vemos as três formas amplas de capital social vinculadas à ação coletiva exitosa tal como mostra a figura (Tradução livre).



9 Capital Social Y acción colectiva - Elinor Ostrom. Apostila do Curso Acesso a mercados dinâmicos – REDCAPA 2009.

6.3 Monitoramento

Respostas afirmativas são consequência de boa gestão

O Plano de Negócios DRS envolve a implementação de ações estratégicas para o fortalecimento de uma cadeia produtiva. Na definição de critérios que identifiquem uma experiência exitosa (caso de sucesso) é percorrido o caminho da qualidade, da participação, da construção coletiva, dos elos da cadeia produtiva, da organização e da gestão. Para obter a segurança de que o PN DRS é uma experiência exitosa, que poderá servir de modelo para a reaplicação da metodologia e dos resultados, é interessante que seja analisado sob dois aspectos: processos e resultados, universais para Planos de Negócios DRS rurais ou urbanos, sejam individuais ou integrados.

Os **critérios de processos** relacionam-se com as atividades desenvolvidas para a implementação do Plano de Negócios DRS. Assim, processo está conceituado como um conjunto de atividades de trabalho inter-relacionadas que se caracteriza por requerer certos insumos e tarefas particulares, implicando um valor agregado com vistas a obter resultados com melhoria da qualidade de vida. São elas:

- A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS mobiliza forças sociais, econômicas e políticas para o sucesso do PN DRS;
- O Banco do Brasil, com a estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, potencializa ações de uma experiência em curso;
- Ocorre a permanente ação do Banco do Brasil na sensibilização dos atores e na animação do processo de implementação do PN DRS;
- A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, com a implementação de Planos de Negócios DRS, faz emergir outras atividades, que demandam novos PN DRS;
- Existe a capacidade de manutenção das redes de parcerias e a possibilidade de inserção de novos parceiros;
- Ocorre o empoderamento dos atores sociais (produtores/beneficiários):
  - Com a representatividade expressiva nos espaços de gestão;
  - Com a condução dos espaços de gestão do PN DRS (equipe gestora local e comitê gestor) pelos próprios produtores/beneficiários.

Os **critérios de resultados** examinam a relação com os recursos naturais, as pessoas e a sociedade, a economia e as finanças, os processos do negócio e o conhecimento gerado. Envolvem:

- A utilização dos recursos naturais na atividade produtiva (preservação, recuperação e manejo);
- Melhoria da renda com geração de poupança e investimento[10] e o acesso a bens e serviços;
- Apropriação de novas tecnologias;
- Capacidade de pagamento do produtor;
- Ampliação da oferta de financiamento no Território (surgimento/interesse de outras instituições).

10 Para criar competitividade no agregado de produção, há que reconsiderar os conceitos, as formas, os métodos e os meios operativos com os quais se trata a atividade do agricultor: o produtor tem que entrar nas estruturas de geração e retenção de riqueza para vencer as estruturas de pobreza. A estrutura de pobreza se caracteriza pela incapacidade crônica de expandir o potencial produtivo e a criatividade do grupo familiar agrícola para atividades complementares dentro ou fora da propriedade. A agregação de valor se faz simultaneamente na força de trabalho e no produto agrícola. (GIOVENARDI. Eugênio em Os Pobres do Campo. TOMO Editorial. Porto Alegre, 2003).

PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL

PARTE 2

Considerando aspectos como o grau de organização da cadeia, o potencial de geração de renda e as características da demanda nos mercados interno e externo, o Banco do Brasil apresenta proposta de atuação na cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura, a ser discutida, pactuada e implementada com os parceiros locais por suas Superintendências Estaduais, por meio da estratégia negocial DRS.

O propósito é integrar as várias iniciativas existentes no País, por meio da convergência de atuação e alocação de investimentos dos diversos parceiros, no sentido de aprimorar ou dar continuidade às ações de promoção do desenvolvimento regional sustentável.

1. PREMISSAS

Esta proposta está assentada nas seguintes premissas:

- Atuar com visão territorial - Territórios como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito das ações intersetoriais e intergovernamentais;

- Integrar os esforços dos municípios;
- Atuar em cadeia de valor (produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização);
- Promover o fortalecimento da organização social (cooperativismo/associativismo);
- Apoiar a gestão compartilhada dos recursos e dos princípios da economia solidária, concatenados por efetivos planos de trabalho e negócios sustentáveis;
- Incentivar o fortalecimento do capital humano e social – Formação, capacitação e reconhecimento dos princípios da gestão social do desenvolvimento;
- Promover a manutenção e a conservação dos recursos naturais;
- Respeitar a identidade cultural.

2. OBJETIVO GERAL

Contribuir para a estruturação e o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura por meio do Desenvolvimento Regional Sustentável, buscando o empoderamento das pessoas e o fortalecimento da organização social.

2.1 Objetivos Específicos

- Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável da ovinocaprinocultura, considerando seus diversos segmentos, por meio da modernização do seu padrão tecnológico, gerencial e organizativo, estabelecendo uma nova relação com o mercado e entendendo esta atividade como forma de superação da pobreza e da desigualdade social;
- Implementar preferencialmente ações nos pilares da Organização e Mobilização Social, Orientação Técnica e Pesquisa, Gestão de Empreendimentos e Comercialização;
- Mobilizar, capacitar e assessorar técnica e gerencialmente os produtores envolvidos para que estes possam gerir de forma racional suas unidades econômicas familiares e organizações a que pertençam;
- Capacitar e assessorar as famílias produtoras para o uso de tecnologias de produção de caprinos e ovinos não danosas ao meio ambiente e de baixo custo;
- Capacitar e assessorar as famílias para a compreensão e inserção competitiva dos seus negócios na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura;
- Apoiar, com a disponibilização de recursos materiais, humanos, financeiros, tecnológicos e de gestão, a implantação, o fortalecimento e a verticalização da atividade ovinocaprinocultora integrada junto às famílias produtoras;

- Fomentar o surgimento de redes de interesse produtivo e de novas institucionalidades (cooperativas, associações, grupos gestores, fóruns, consórcios etc), na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável;
- Orientar para a participação dos empreendimentos em projetos de pesquisa, como a implantação de unidades demonstrativas;
- Realizar intercâmbios, dias de campo e visitas, para disseminação de experiências de sucesso e novas tecnologias;
- Considerar, sempre que possível, os investimentos realizados pela Fundação Banco do Brasil;
- Difundir Tecnologias Sociais (produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social), propiciando desenvolvimento social em escala.

3. AÇÕES SUGERIDAS

As carências relacionadas à organização e à mobilização social, bem como à orientação técnica e pesquisa, dificultam sobremaneira a união dos produtores em torno de empreendimentos comuns, capazes de responder ao mercado com a escala e a qualidade necessárias para serem competitivos. Outro ponto a ser trabalhado é a gestão dos empreendimentos, que muitas vezes esbarra em obstáculos como condições sociais de baixos níveis de renda e escolaridade. Todos esses aspectos dificultam o acesso dos produtores aos mercados, tornando a comercialização um dos entraves mais importantes a serem removidos para potencializar os resultados dessa cadeia produtiva, pois ao ser garantida, gera a motivação necessária para o enfrentamento da realidade e sua consequente mudança.

A atuação compartilhada (instituições e sociedade civil) deve ser desenvolvida com foco no aprimoramento no processo de estruturação da ovinocaprinocultura, tendo como pressupostos a geração de trabalho e renda, a sustentabilidade ambiental, o aprimoramento da infraestrutura produtiva e a valorização da cultura local. Todas as etapas sugeridas deverão ser objeto de pactuação junto aos beneficiários sediados nos territórios contemplados.

3.1 Orientação Técnica e Pesquisa

- Capacitar jovens para orientação técnica, com visão territorial;
- Aplicar a Tecnologia Social dos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável, para prestar orientação técnica e mobilizar os produtores (vide Apêndice 2);
- Orientar para adoção de práticas de melhoramento da sanidade animal;
- Orientar para a adequação da produção à legislação vigente;
- Orientar para a implementação do Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos;

- Realizar eventos técnicos, como oficinas e seminários;
- Orientar para a participação dos empreendimentos em projetos de pesquisa;
- Capacitar e orientar os integrantes da cadeia de peles, para elevar o padrão de qualidade dos seus produtos;
- Capacitar e orientar os integrantes da cadeia de produtos lácteos de origem caprina para que alcancem os padrões de qualidade indicados pela legislação;
- Capacitar e orientar os integrantes da cadeia da carne de origem caprina e ovina, para elevação dos padrões de qualidade e adoção de cortes especiais;
- Identificar e disseminar tecnologias sustentáveis de produção e reserva alimentar para os rebanhos;
- Identificar e disseminar tecnologias de captação e armazenamento de recursos hídricos;
- Promover maior integração entre as entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com o setor produtivo;
- Realizar intercâmbios, dias de campo e visitas, para disseminação de experiências de sucesso e novas tecnologias.

3.2 Organização e Mobilização Social

- Sensibilizar e mobilizar, por meio da realização de oficinas de apresentação/diagnóstico dos projetos;
- Disseminar informações e conceitos ligados à organização social, associativismo, cooperativismo, Economia Solidária, entre outros;
- Capacitar lideranças do setor em formas associativas (consórcios e outras);
- Capacitar produtores em associativismo e cooperativismo;
- Capacitar jovens para formação de lideranças;
- Orientar e mobilizar produtores quanto ao papel dos cooperados;
- Orientar para a constituição de Associações e Cooperativas;
- **Incentivar** a participação nos fóruns regionais e institucionalidades voltadas à discussão da atividade.

3.3 Comercialização

- Orientar para a constituição de centrais de comercialização;
- Organizar rede de comercialização;
- Orientar para a constituição de Centro(s) de Negócios;
- Identificar os diferentes nichos de produção local para inserção em mercados especializados;

- Elaborar Plano Estratégico e Operacional de Marketing e de Logística Regional para a cadeia;
- Orientar a estruturação de plano de compras governamentais envolvendo os municípios e estados na aquisição de produtos da ovinocaprinocultura, em parceria com programas federais de aquisição de alimentos;
- Articular, promover e organizar em âmbito regional ou nacional visitas técnicas, missões, caravanas e acesso a feiras de produtores, empresários e técnicos do setor a eventos e instituições de excelência;
- Formar alianças mercadológicas estratégicas entre produtores, curtumes, matadouros/frigoríficos e marchantes;
- Implantar sistema de certificação da qualidade dos produtos lácteos e derivados de carne.

3.4 Gestão de Empreendimentos

- Capacitar em gestão administrativa, financeira e tributária, da propriedade e de cooperativas;
- Realizar visitas técnicas aos empreendimentos;
- Orientar para a adaptação do processo produtivo à legislação vigente;
- Prestar assessoria para a formalização de cooperativas;
- Elaborar Planos de Negócios e Gestão;
- Realizar acompanhamento sistemático das ações;
- Efetuar pesquisas de medição de resultados.

3.5 Ações transversais

3.5.1 Infraestrutura

- Articular para:
    - A melhoria ou a construção de habitações na área rural;
    - A melhoria da malha viária;
    - A construção de barraginhas e cisternas;
    - A universalização da Eletrificação rural.

3.5.2 Ambientais

- Recuperação de matas ciliares e solos degradados;
- Proteção e recuperação das nascentes.

3.5.3 Geração de Trabalho e Renda

- Implantação de unidades da Tecnologia Social PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

3.5.4 Sociais

- Incentivar a inclusão das famílias beneficiárias nos programas de Saúde da Família;
- Incentivar a participação em programas de Alfabetização e educação formal para jovens e adultos;
- Articular as instituições para a realização de mutirões para fornecimento dos documentos básicos.

4. MODELO DE ATUAÇÃO

Em atendimento à premissa de "elaborar formas de atuação particularizada para as atividades por elos da cadeia produtiva", a proposta de atuação na cadeia produtiva deve privilegiar, entre os focos citados, aquele mais adequado a cada território, observadas suas especificidades e o estágio de evolução da atividade produtiva na região.

Os pilares a serem trabalhados são a Organização e Mobilização Social; a Orientação Técnica e Pesquisa; a Gestão de Empreendimentos e a Comercialização, em projetos que tragam em seu escopo a geração de renda, o apoio à infraestrutura produtiva, à identidade cultural e o respeito ao meio ambiente.

A atuação deverá, também, considerar a segunda atividade de importância econômica para agricultores, sempre que possível, como, por exemplo, nos casos em que a segunda atividade também é foco de estruturação por parte do Banco do Brasil e de seus parceiros.

5. MODELO DE NEGÓCIOS

Estruturar a utilização dos produtos e serviços do Banco do Brasil.

6. MODELO DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança tem como pressupostos o alinhamento e a convergência de atuação entre os parceiros, além do apoio à implementação e à gestão das ações definidas. As instâncias de governança têm o intuito de contribuir e acompanhar a execução dessas ações, propondo soluções e disseminando boas práticas. Outras instâncias poderão ser definidas conforme avaliação dos parceiros.

Outra sugestão é o tratamento do tema nas instâncias em funcionamento, a exemplo de Câmaras Técnicas ou Setoriais, Fóruns, Conselhos, entre outras, que atendam às necessidades de discussão ampla e representativa entre os agentes da atividade, além de facilitar a convergência de atuação e o encaminhamento das questões levantadas.

As funções sugeridas podem ser alteradas conforme as características locais da atividade e das parcerias existentes.

6.1 Gestão Estadual

Para gerir a estratégia de atuação na cadeia produtiva no Estado, é recomendável a constituição de um Comitê Estadual composto por representantes dos parceiros e do Banco do Brasil, tendo como principais objetivos convergir ações e estabelecer condições e ambiente institucional para sua execução, buscando assegurar o envolvimento dos parceiros locais e regionais na estruturação, execução e avaliação de um plano de desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva. Pode ter, entre outras, as seguintes funções:

- Identificar oportunidades relativas à comercialização (compradores, novos mercados, programas de governo, verticalização da cadeia e agregação de valor aos produtos);
- Promover a expansão da atividade produtiva para outros municípios ou localidades;
- Promover e fomentar a organização produtiva;
- Auxiliar no processo de fortalecimento da organização social;
- Incentivar a aquisição de insumos e a venda da produção em conjunto;
- Buscar soluções, por meio de parcerias, para a assistência técnica;
- Identificar demandas de crédito não atendidas;
- Articular e promover a integração entre os Planos de Negócios DRS e os agentes das cadeias apoiadas;
- Promover a gestão da implementação dos Planos de Negócios DRS.

6.2 Gestão Local

Para Arns[1] , a gestão tem como função definir e garantir a realização de objetivos por meio de uso de recursos, sendo necessária a integração sistêmica das suas quatro funções básicas, que são:

a) Planejamento: decisões sobre o futuro, objetivos, ações e recursos necessários para realizar os objetivos;

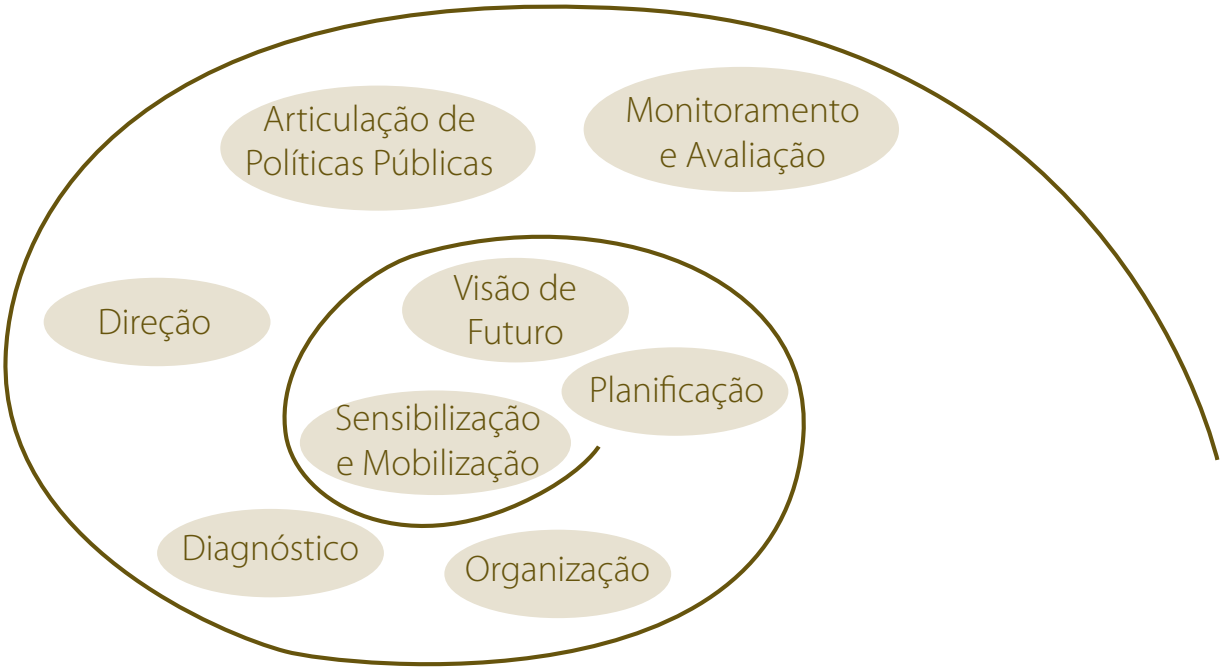
b) Organização: decisões sobre divisão de tarefas, responsabilidades dos componentes e divisão de recursos para realizar essas tarefas, onde cada ator desempenha um papel específico;

c) Coordenação: mobilização dos componentes para atingir os objetivos;

d) Controle: decisões sobre a compatibilidade entre os objetivos esperados e os resultados alcançados.

1 Mestre em Gestão e Políticas Ambientais e Doutor em Ciência Política (UFPE), consultor em desenvolvimento local e estratégias de desenvolvimento territorial.

Essas funções podem ser desdobradas em diversos processos. Veja um exemplo:



Para o fortalecimento da gestão local sugerimos a utilização de gestores, que poderiam ter as seguintes atribuições:

- Capacitar produtores e agentes locais para uma participação mais ativa no processo de desenvolvimento de suas comunidades;
- Apoiar a realização de reuniões dos representantes dos principais atores envolvidos, promovendo a participação e o diálogo público/privado e considerando a perspectiva de território e dos agentes presentes;
- Sensibilizar parceiros locais e produtores beneficiários para o trabalho conjunto, a geração de confiança e a formação de equipes e redes;
- Incorporar as visões de território e de cadeia de valor às ações definidas;
- Identificar e apresentar propostas visando o fortalecimento de aspectos sociais, ambientais e econômicos, como, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias ou a integração com políticas públicas e ações de desenvolvimento em curso no território, que deverão ser acordadas com os demais atores envolvidos;
- Identificar as necessidades de capacitação em gestão e verificar as possibilidades de atendimento, com recursos disponíveis dos parceiros ou contratação de terceiros;
- Capacitar grupos de beneficiários, para atuar como multiplicadores por meio da transferência dos conhecimentos adquiridos;
- Avaliar o modelo de gestão atual e propor alterações para uma gestão participativa, caso necessário, contemplando as especificidades de cada território e garantindo a participação dos beneficiários;

- Realizar capacitação dos técnicos ou beneficiários para a utilização do modelo de gestão;
- Realizar oficinas relacionadas à gestão e à comercialização, com a participação de beneficiários e parceiros;
- Organizar o cronograma de reuniões com participantes;
- Fazer o relacionamento com todos os intervenientes e responsáveis pelas ações programadas e acompanhar a execução das ações;
- Identificar a necessidade de repactuação de ações ou inclusão de ações;
- Identificar a necessidade e propor a inclusão de parceiros ou beneficiários;
- Avaliar os resultados previstos e alcançados e os impactos na atividade;
- Identificar necessidades da comunidade nos eixos que compõem o DRS (saúde, educação, inclusão social, organização, inovação tecnológica etc.) trazendo o assunto para as reuniões de concertação;
- Identificar as parcerias necessárias à promoção do desenvolvimento do território.

7. RESULTADOS ESPERADOS

- Contribuir para a estruturação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em nível local, regional e nacional (quando for o caso);
- Promover a atuação em rede de cooperação;
- Aumentar a produção, a produtividade e a rentabilidade dos empreendimentos;
- Aumentar a renda dos produtores;
- Difundir novas tecnologias;
- Promover a inclusão competitiva no mercado;
- Contribuir para a promoção da assistência técnica e extensão rural;
- Contribuir para a geração de trabalho e renda na atividade;
- Melhorar a organização social;
- Promover a participação da comunidade nas políticas governamentais federais, estaduais e municipais.

7.1 Indicadores Sugeridos

Os indicadores devem ser definidos de acordo com as especificidades locais. Os sugeridos consideram as dimensões econômica, social, ambiental e cultural:

- Número de organizações fortalecidas ou criadas;
- Número de pessoas inseridas na atividade;
- Renda mensal dos produtores;
- Produtividade dos empreendimentos;
- Evolução nos índices de sanidade dos rebanhos;
- Evolução da escolaridade dos produtores e familiares;
- Acesso ou reforma de moradias e instalações produtivas;
- Acesso a saneamento básico;
- Índices de evolução da saúde dos produtores e familiares (incidência de doenças, mortalidade infantil etc);
- Número de propriedades com áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente demarcadas.

Apêndice

Planos de Negócios DRS do Banco do Brasil em Ovinocaprinocultura

A área de atuação do Banco do Brasil em Planos de Negócios DRS da ovinocaprinocultura está apresentada no Quadro a seguir:

Quadro 8 - Planos de Negócio DRS em Ovinocaprinocultura

UF	Quantidade		
	Planos de Negócios	Beneficiários	Municípios
Alagoas	14	1.915	25
Bahia	14	9.790	15
Ceará	11	3.815	12
Maranhão	1	60	1
Paraná	1	411	4
Pernambuco	18	6.631	22
Piauí	9	1.572	21
Rio Grande do Norte	4	1.199	14
Rondônia	1	165	1
Roraima	7	871	12
Sergipe	5	1.806	7
Total	85	28.235	134

Fonte: BB/UDS novembro de 2010

Apêndice 2

Tecnologia Social - Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável

O papel da assistência técnica é viabilizar com eficiência a alocação de recursos para o efetivo aumento da renda das famílias. A assessoria técnica visa proporcionar uma melhor qualidade de vida aos produtores, sendo uma das ações mais efetivas para se evitar o agravamento dos problemas sociais já existentes nos centros urbanos.

Diante desse contexto e com o propósito de contribuir no apoio à transferência de tecnologias, à assistência técnica e extensão rural, foi desenvolvida, com apoio financeiro da FBB, a Tecnologia Social dos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS). O pressuposto básico dos agentes é complementar a assistência técnica e promover a difusão tecnológica com orientação técnica, alinhada à mobilização social, para o apoio e o fortalecimento das bases produtivas dos empreendimentos coletivos e solidários. Os ADRS, orientados por um Gestor, levam aos produtores orientações técnicas sobre o manejo da atividade produtiva, visando a geração de trabalho e renda, e são um canal de comunicação que reforça os vínculos entre os produtores e a entidade que os congrega. Também são desenvolvidas ações orientadas para a capacitação tecnológica e para o aperfeiçoamento de produtos. O número de produtores atendidos por cada ADRS é estabelecido conforme as características locais e as demandas específicas de cada atividade produtiva. Para a Apicultura, a relação é de um ADRS para cada 25 produtores; na ovinocaprinocultura, um para cada 30; e no Vale do Urucuia, em Minas Gerais (apicultura,

bovinocultura de leite, fruticultura e mandiocultura), cuja experiência foi diferenciada em função do número maior de cadeias trabalhadas, um para cada 25 agricultores familiares.

O principal objetivo é fortalecer a base produtiva da atividade trabalhada. Além disso, propõe-se a:

- Melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos através da introdução de tecnologias apropriadas;
- Contribuir para a melhor compreensão e adoção de práticas ambientalmente responsáveis;
- Consolidar e ampliar a participação da base produtiva nas instâncias deliberativas das entidades envolvidas;
- Contribuir para a formação de lideranças;
- Propiciar aos produtores um conhecimento mais aprofundado sobre as políticas de crédito existentes no mercado.

CONCEITOS E PERFIL DOS ADRS E DO GESTOR

O Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável é a pessoa capacitada para o atendimento específico de uma atividade, mobilização e articulação de uma comunidade rural. Atua como educador social, buscando aliar a prática à teoria a partir da realidade local. Seu papel é conduzir atividades relacionadas com a disseminação de informações e a construção de conhecimentos sobre agricultura familiar, produção e comercialização, agroecologia, sustentabilidade e financiamento rural.

Sua formação propicia a vivência de metodologias participativas para aplicação nas atividades de orientação aos agricultores familiares, articulando os atuais instrumentos propostos pelos parceiros, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.

O Gestor atua como planejador, mobilizador, orientador e coordenador dos ADRS. Participa do processo de gestão junto ao comitê; é um motivador e um articulador; acompanha os ADRS nas comunidades e fiscaliza seu trabalho.

São considerados para o perfil do ADRS os seguintes critérios: nível médio; vínculo com a comunidade e atividade (experiência adquirida como produtor, parente ou vizinho de produtor); conhecer e de preferência residir na comunidade atendida; ter capacidade de deslocamento para realizar visitas às propriedades; demonstrar capacidade para articular, mobilizar, organizar, adquirir e disseminar conhecimentos e capacidade para elaborar textos e preencher planilhas.

Para o perfil do Gestor, são observados: possuir terceiro grau completo, em ciências agrárias, preferencialmente em Medicina Veterinária; conhecimento aprofundado na área de atuação; conhecimento nas áreas de organização social, economia solidária, desenvolvimento sustentável e crédito rural; capacidade de articulação e comunicação com a comunidade e capacidade para coordenar grupos.

MOBILIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E SELEÇÃO DOS ADRS E GESTOR

Cabe à Coordenação Local a realização da sensibilização, mobilização, recrutamento e seleção dos Gestores e ADRS nos municípios selecionados.

O processo seletivo para os ADRS inicia-se com a indicação, pelas próprias comunidades ou grupos de produtores, de até 02 (dois) candidatos por grupo, perfazendo um total de 30 candidatos, observado o perfil. Caso as indicações ultrapassem o número de vagas, aplica-se o critério de maior número de famílias atendidas. A segunda fase é o processo de classificação e validação dos nomes indicados, que se dá por meio da capacitação e homologação dos resultados pelo Comitê Local.

A partir dos selecionados no processo de capacitação, são definidos os 20 candidatos que irão iniciar os trabalhos e montado um banco de talentos com os 10 ADRS substitutos, que podem ser acionados em caso de desistências ou dificuldades de realização das atribuições. Essa medida é extremamente importante, pois garante que não haverá solução de continuidade ou necessidade de admissão de candidatos sem a devida capacitação.

Para os candidatos a Gestor, o processo seletivo é amplamente divulgado e ocorre por meio de análise de currículos e entrevistas.

ATRIBUIÇÕES DOS ADRS

- Conduzir atividades relacionadas com a disseminação de informações e a construção de conhecimentos sobre agricultura familiar, cooperativismo, associativismo, agroecologia, sustentabilidade, empreendimentos solidários e financiamento rural;
- Participar ativamente da capacitação e reciclagem das informações que serão repassadas aos produtores;
- Cadastrar e realizar os diagnósticos das unidades produtivas;
- Organizar as informações levantadas no diagnóstico e alimentar banco de dados;
- Executar a programação mensalmente prevista;
- Diagnosticar problemas nas atividades do produtor rural, participando ao Gestor na busca da solução;
- Difundir informações visando à introdução ou melhoria das práticas;
- Divulgar técnicas e práticas, através de demonstrações;
- Motivar produtores e famílias a participarem de programas voltados para a melhoria da qualidade de vida;
- Acompanhar e avaliar juntamente com o produtor rural, os resultados físicos e financeiros alcançados depois da atuação dos ADRS;

- Agir preventivamente visando minimizar ocorrências que venham a causar prejuízos decorrentes da não adoção das boas práticas;
- Estender a atuação aos aspectos voltados para a comercialização, o social e o meio ambiente;
- Articular, mobilizar e organizar, juntamente com os produtores, reuniões das associações e/ou cooperativas atendidas, inclusive com sugestões de assuntos relevantes para deliberações;
- Apoiar a elaboração, com o apoio do Gestor, e juntamente com os produtores, do planejamento estratégico de cada associação ou cooperativa;
- Elaborar e encaminhar ao Gestor relatórios mensais ou circunstanciais das atividades, enfatizando os aspectos relevantes e os pontos de estrangulamento detectados.

ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

Para cada grupo de ADRS (total definido conforme a atividade produtiva) é contratado 01 Gestor, trabalhando em tempo integral, nas seguintes atividades:

- Elaborar, juntamente com a Coordenação Local, do planejamento das atividades mensais a serem executadas pelos ADRS;
- Realizar reunião mensal com os ADRS para avaliação de desempenho e planejamento das atividades;
- Realizar encontros trimestrais com a participação da Coordenação Local, Gestor e ADRS para avaliação do Projeto;
- Preparar e orientar os ADRS para o desenvolvimento das atividades em campo;
- Elaborar a programação de visitas dos ADRS às propriedades contempladas com os respectivos roteiros e as atividades planejadas;
- Orientar e acompanhar o diagnóstico a ser realizado em cada unidade produtiva;
- Realizar, conjuntamente com os ADRS a primeira visita a cada unidade produtiva;
- Acompanhar sistematicamente, por meio de relatórios mensais, as atividades programadas e realizadas nas unidades produtivas pelos ADRS, assim como os resultados obtidos;
- Elaborar mensalmente o relatório condensado das atividades desenvolvidas pelos ADRS, enfatizando os aspectos relevantes, bem como os pontos de estrangulamentos detectados, e encaminhar à Coordenação Local;
- Resolver, em campo, quando possível, os problemas identificados nas unidades produtivas e não resolvidos pelos ADRS;
- Apoiar a elaboração bimestral da prestação de contas, em conformidade com o determinado no projeto e encaminhar para parecer da Coordenação Local, antes da liberação de cada parcela, e de relatórios parciais e final para as instâncias pertinentes.

Bibliografia Consultada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
http://www.ibge.gov.br/home/

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
https://www.fao.org.br/

ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; e ARNS, P.C. Desenvolvimento territorial à distância. Florianópolis, SEaD/UFSC, 2007.

7

Volume

Ovinocaprinocultura

Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

FUNDAÇÃO
BANCO DO BRASIL

IICA
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
OEA